



FACULDADE DE EDUCAÇÃO E MEIO AMBIENTE

MARCIA SANTIAGO FERNANDES

**CRIANÇAS COM DIFICULDADE DE
APRENDIZAGEM:
A IMPLICAÇÃO DA FAMÍLIA**

ARIQUEMES – RO

2017

Marcia Santiago Fernandes

**CRIANÇAS COM DIFICULDADE DE
APRENDIZAGEM:
A IMPLICAÇÃO DA FAMÍLIA**

Monografia apresentada ao curso de
Psicologia da Faculdade de Educação e
Meio Ambiente como requisito parcial a
obtenção de Bacharel e Licenciatura

Prof^a Orientadora: Carla Patrícia Rambo
Matheus

ARIQUEMES – RO

2017

Marcia Santiago Fernandes

**CRIANÇAS COM DIFICULDADE DE
APRENDIZAGEM: A IMPLICAÇÃO DA FAMÍLIA**

Monografia apresentada ao curso de Psicologia da Faculdade de Educação e Meio Ambiente como requisito parcial à obtenção de título de Bacharel e Licenciatura.

Prof^a Orientadora: Carla Patrícia Rambo Matheus

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Orientador Ms. Carla Patrícia Rambo Matheus

Faculdade de Educação e Meio Ambiente

Ms. Eliane Alves Almeida Azevedo

Faculdade de Educação e Meio Ambiente

Esp. Deise VaglieriPrevital

Faculdade de Educação e Meio Ambiente

Ariquemes, _____ de Novembro de 2017.

Decido a Deus, por ser minha força nas horas difíceis. E também por ter permitido a realização desta conquista.

A meus pais, pela minha vida, pela dedicação, amor e por sempre me incentivar.

A minha filha, Sophia, por dar um novo sentido a minha vida, a sua chegada (re) significou minha existência.

AGRADECIMENTOS

A Deus, em primeiro lugar, Pai de bondade e misericórdia que sempre foi minha fortaleza e me concedeu essa conquista.

A minha Prof. Orientadora, Carla Patricia Rambo pela contribuição essencial na elaboração desse trabalho. Por acreditar no meu potencial. Que neste percurso não foi apenas uma orientadora, mas uma pessoa que se mostrou empática em vários momentos e contribuiu para que em momentos delicados, eu pudesse permanecer firme.

A minha família, que sempre foi meu alicerce, pelo apoio e incentivo. Pai, mãe, irmão e irmã. Como também meus sobrinhos.

Aos amigos e colegas, pela motivação.

Aos professores e colegas de Curso, pois estiveram presentes nessa etapa da minha vida. Em especial minha amiga Natália Martins, que nos últimos meses tem me ajudado de forma espetacular para que eu consiga concluir essa etapa.

A meu companheiro Renato Camargo, que teve uma contribuição significativa nesse percurso com seu apoio.

A todos que de uma forma direta ou indireta contribuíram não só neste trabalho, mas na minha formação acadêmica.

Por aprendizagem significativa, entendo aquilo que provoca profunda modificação no indivíduo. Ela é penetrante, e não se limita a um aumento de conhecimento, mas abrange todas as parcelas de sua existência.

Carl Rogers

RESUMO

Este trabalho tem como proposta compreender a implicação da família no processo Ensino-Aprendizagem dos filhos com Dificuldade de Aprendizagem, através de uma pesquisa bibliográfica. Trazendo à tona as mudanças que essa instituição passou ao longo do tempo, bem como as transformações que influenciaram a educação das crianças. Tendo como objetivo discutir a interface escola/família no processo ensino aprendizagem, tendo em vista que são as instituições formadoras de gerações, e a parceria entre elas só tem a contribuir no processo de aprendizagem. Outro objetivo é entender o processo de aprendizagem infantil bem como suas dificuldades e possíveis transtornos. Não haverá um aprofundamento nas dificuldades e transtornos, porém serão mensuradas questões pertinentes que contribuam para uma reflexão crítica em relação à família e a escola perante esses alunos. Trazendo a contribuição da psicologia como ciência que através do conhecimento deste profissional pode em sua atuação colaborar para que essas instituições atuem de maneira a deixar claro para essa criança que não cabe somente a ela o peso desse processo de aprendizagem. Conclui-se que a família é de fundamental importância na educação das crianças, com seu apoio e incentivo, proporcionando um ambiente facilitador, no qual seu papel de educar, auxilia no processo de escolarização e aprendizagem, assim a escola cumpre seu papel e a criança tem suas possíveis dificuldades de aprendizagem minimizadas.

Palavras Chaves: família, crianças com Dificuldade de Aprendizagem, aprendizagem, escola e Psicologia.

ABSTRACT

This paper aims to understand the participation of the family in the Teaching-Learning Process of children with Learning Difficulty, through a bibliographical research. It brings to light the changes that this institution has undergone over time, as well as the changes it has brought about in the education of children. The purpose of this study was discussed the relationship between school/family in the learning teaching process, considering that it is the institutions that train generations, and the partnership between them only has to contribute to the learning process. It also aims to understand the process of child learning as well as its difficulties and possible disorders. There will not be a deepening in the difficulties and disorders, however will be measured pertinent questions that contribute to a critical reflection regarding the family and school before these students. Bringing the contribution of psychology as a science that through the knowledge of this professional can in its work collaborate so that these institutions act in a way that makes it clear to this child that the role of this learning process is not the only one It is concluded that the family is of fundamental importance in the education of children, with their support and encouragement, providing a facilitating environment, where the family with its role of educating helps in the process of schooling and learning, thus the school fulfills its role and child has their possible learning difficulties minimized.

Key word: Family, children with learning disabilities, learning, school and Psychology

Sumário

INTRODUÇÃO	10
1. OBJETIVOS	12
OBJETIVO GERAL.....	12
OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	12
2. METODOLOGIA	13
4. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	14
4.1. A ESCOLA, A FAMÍLIA E O PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM.....	14
4.1.1 A FUNÇÃO DA ESCOLA E DA EDUCAÇÃO.....	14
4.1.2 ESCOLA: UM BREVE CONTEXTO HISTÓRICO.....	16
4.1.3 CONCEITO DE APRENDIZAGEM.....	20
4.2 FAMÍLIA NA SOCIEDADE CONTEMPORANEA E A APRENDIZAGEM ESCOLAR	23
4.2.1 FAMILIA: CONTEXTO HISTÓRICO.....	23
4.2.2 DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM.....	26
4.2.3 A RELAÇÃO FAMÍLIA-ESCOLA NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM.....	30
4.2.4 A PSICOLOGIA NESTE CONTEXTO.....	36
CONSIDERAÇÕES FINAIS	41
REFERÊNCIAS	45

INTRODUÇÃO

Nos últimos tempos, é comum ouvir que há crianças que possuem dificuldade de aprendizagem, embora em certas situações as mesmas não possuam um diagnóstico específico. Ou são diagnosticadas pelo senso comum. Levando isso em consideração como se pode afirmar essa dificuldade? Como mensurar a aprendizagem de cada indivíduo?

É sabido que cada indivíduo possui suas peculiaridades, sendo assim o processo de aprender não é o mesmo para todas as crianças. Antes de impor a uma criança o rótulo de possuir uma Dificuldade de Aprendizagem, se deve analisar algumas questões como, o processo de ensino-aprendizagem, as particularidades de cada uma para aprender, a escola, sua família. Ou seja, são contextos e não uma parte.

É neste meio que a criança está inserida que ocorre este processo de ensino aprendizagem, no qual essa criança desenvolve habilidades que lhe serão úteis. A família é a primeira instituição na qual a criança adquire noções mínimas de cidadania, caráter, cultura, higiene pessoal, dentre outros ensinamentos. Neste pressuposto é esperado que a criança chegue à escola com uma bagagem, mas nem sempre isso ocorre.

O processo ensino-aprendizagem requer dedicação não apenas dos educadores, mas a participação consciente e constante dos pais/responsáveis, visto que a escola surge em um segundo momento da vida do indivíduo, o que atribui uma responsabilidade imensa aos pais, ou quem exerça função, de educar.

O que provoca preocupação é o fato de haver uma crescente massa de crianças com Dificuldade de Aprendizagem (DA). Contudo é de tamanha relevância levantar os motivos de tal problema, bem como diferenciar as DA de Distúrbios de Aprendizagem, e por último, mas não menos importante, como essas famílias se posicionam perante a educação dos filhos.

É importante analisar esse processo para que os profissionais de saúde como a Psicologia e a área da educação possam colaborar para um melhor desempenho de crianças no processo de ensino e aprendizagem, visto que neste cenário apresentam situações que necessitam de uma intervenção assertiva, que é o caso de crianças com DA.

Levando em consideração a importância da família na vida de um indivíduo, levanta-se um questionamento: de que forma a mesma pode contribuir para que essa dificuldade melhore ou até mesmo surja na vida de uma criança? Como mencionado o processo de ensinar e aprender ocorre em um contexto e não deve a família apenas ser vista como causa desse problema, mas o intuito, através de uma revisão bibliográfica é compreender a implicação que essa instituição possui na vida de um indivíduo com DA. Será mensurado no presente trabalho os distúrbios de aprendizagem, apenas como forma de diferenciação, porém não haverá um aprofundamento em relação a essas questões. Portanto, o objetivo deste trabalho é mensurar a importância da família no processo ensino aprendizagem de crianças com DA. Bem como discutir os surgimentos de DA nesse processo, visto que este é individual no sentido de que embora não se aprenda sozinho, existe um indivíduo peculiar que necessita ser considerado.

2. OBJETIVOS

2.1 OBJETIVO GERAL

- Compreender a implicação da família no processo ensino aprendizagem da criança com dificuldades de aprendizagem.

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Discutir a interface escola/família no processo ensino aprendizagem
- Entender o processo de aprendizagem infantil bem como suas dificuldades e possíveis transtornos.
- Problematizar a atuação da Psicologia no contexto escolar.

3. METODOLOGIA

O presente trabalho tem como método para atingir os objetivos proposto, pesquisa bibliográfica, a qual é definida por Gil (2010) como aquelas elaboradas em bases documentais já publicados, embora qualquer pesquisa acadêmica exija um momento de pesquisa bibliográfica. Cervo, Bervian e Silva (2007), corroboram que a pesquisa bibliográfica tem como objetivo explicar um problema através de referências teóricas, publicadas em artigos, livros dissertações e tese. Os autores mencionam que esse tipo de pesquisa é “um meio de formação por excelência e constitui o procedimento básico para estudos monográficos, pelos quais se busca o domínio do *estado da arte* sobre determinado tema” (p. 61).

Foram realizadas buscas para referências pertinentes ao tema, nas seguintes bases de dados online, Google Acadêmico e Scielo Brasil, tendo como descritores: família, crianças com Dificuldade de Aprendizagem, aprendizagem e escola. Bem como utilizados acervos disponibilizados por terceiros. Foram selecionados bibliografias entre 1990 a 2017. Sendo excluídas aquelas que não embasavam o teor da pesquisa.

O tema é abrangente, e necessita de um embasamento científico para que a pesquisa seja fidedigna. A pesquisa ocorreu durante os meses de julho a novembro de 2017.

4. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

4.1 A ESCOLA, A FAMÍLIA E O PROCESSO ENSINO APRENDIZAGEM

Para compreender a relação entre escola e família se faz necessário mensurar a importância de ambas no desenvolvimento das crianças bem como entender o contexto histórico das mesmas. Assim é possível trazer contribuições pertinentes para que ocorram ações importantes neste processo e venha ocorrer melhorias.

4.1.1 Função da Escola e da Educação

Como toda instituição, a escola possui sua função social bem como sua finalidade na sociedade em que está inserida. Brambatti (2010) define a escola como uma instituição de importância social caracterizada como um local de trabalho coletivo com a função de formar futuras gerações de jovens, essa se difere das demais instituições, pois a mesma se responsabiliza pela educação escolar, esse espaço é voltado ao trabalho pedagógico formal, “ao entendimento de regras, à formação de valores éticos, morais e afetivos, ao exercício da cidadania” (p. 6) “é a base fundadora da vida cidadã e formativa de todos os sujeitos”(p.8).

De acordo com Lopes (2002), essa instituição de ensino, tem a finalidade de ofertar condições necessárias para que aluno “receba constantemente qualificação diária em seu exercício de atuação, viabilizando assim, melhoria na qualidade de vida das gerações futuras” (p. 5). Para a autora, a escola tem o objetivo de transmitir o saber, mas também levá-lo a trilhar caminhos para que possa, assim “descobrir-se como ser pensante, crítico, social e capaz de atuar positivamente na sociedade em que vive mostrando a ele que, com a educação ele poderá desenvolver-se por completo, aprendendo a valorizar-se” (p.5). Sendo uma instituição que prepara para a consciência política, para cidadania e com vivência social.

A escola é a segunda instância da vida de um indivíduo, neste sentido ela oferece maior grau de socialização que a família. É neste local que a criança começa o convívio com outras crianças, experimenta um novo espaço, estes

com suas regras e novos conceitos educativos. “É um lugar para formar pessoas inteligentes” (REIS 2010, p. 20). A escola dissemina saberes e conhecimentos e o professor passa a ser visto como um “gestor de conhecimento” (p.20) aquele que direciona a aprendizagem e a relação da escola com o aluno e não mais apenas um transmissor de conhecimento.

Essa instituição de relevância como aponta Reis (2013), teve seu surgimento com o objetivo “de auxiliar a família na tarefa de educar as crianças com a sistematização de conhecimentos adquiridos nos diversos grupos sociais dos quais elas participam” (p. 36), fundamentalmente é nessa que se encontra com mais intensidade ao passar do tempo a responsabilidade de socializar e formar novas gerações.

Na atualidade, Salvari (2004) aponta que a escola indica estar deixando de ser apenas um meio de transmitir conhecimento, mas é um dos principais meios de educar inserido na sociedade. Assumindo um papel fundamental na transmissão da cultura, ocorrendo no processo de aprendizagem de crianças e adolescentes.

Esse apontamento é confirmado pelos autores Sadovnik, Ecco e Nogaro (2013) quando dizem que a “educação faz parte da nossa história de vida, se fazendo presente em todos os espaços, convive-se com a educação no dia a dia e em diferentes contextos” (p.85). O ato de educar é indispensável por quem sucede o ser humano, neste sentido a família. Não há um modelo único, forma ou até mesmo um lugar específico, onde a educação acontece. Com isso os autores afirmam que nem a escola bem como os professores são as únicas fontes e prática.

Reis (2010) ressalta que a educação em algumas situações é utilizada como forma de poder, o que intensifica a desigualdade social. Há quem acredita que educação e política não devam andar juntas, visto que uma interfere em outra. Ao mencionar educação, há uma inclinação em fazer relação com a escola, prevalecendo o conceito de que a escola é responsável exclusiva pela mesma, e assim por educar um indivíduo. “A educação está em constante crescimento, embora possua permanentes atributos (transmissão de saberes), encontrando-se em constante variação, para se adaptar às necessidades que vão surgindo no meio social” (p.14). Assim é compreensivo que a educação se associe entre os processos de comunicação e interação

através dos quais os componentes “de uma sociedade assimilam saberes, habilidades, técnicas, atitudes, valores existentes no meio culturalmente preparado e, com isso, ganham o patamar necessário para produzir outros saberes, técnicas e valores.” (p. 15).

No entanto, a educação nem sempre foi utilizada como forma de proporcionar ao indivíduo uma autonomia, pelo contrario, mas é sabido que essa é uma maneira de tornar cidadãos mais conscientes. Como pontua Reis (2010), é possível notar que na atualidade mundial se pensa em educação, e se faz necessário para que ocorra uma transformação. E para isso acontecer é imprescindível que cada instituição envolvida assuma a sua responsabilidade, e retomar a história faz-se necessário pra a compreensão da temática hoje apresentada.

4.1.2 Escola: Um Breve contexto histórico

Caminhar pelo percurso histórico se faz necessário, assim neste momento serão apresentados alguns momentos e apontamentos concernentes para a compreensão desse contexto atual. Na idade média, segundo Salvari (2004), não havia um sentimento de infância, mesmo as crianças não sendo desprezadas ou negligenciadas não existia a consciência da particularidade infantil, essa que distingue a criança do adulto, mesmo que esse seja jovem. A criança ao atingir uma idade em que não necessitasse dos cuidados constantes da mãe ou da ama de leite já ingressava no mundo adulto, no trabalho e na vida social. Era através da vida doméstica que se transmitia conhecimento de uma geração para outra. Neste contexto não havia espaço para a escola. O conhecimento era transmitido de geração em geração. As famílias confiavam a outras a educação de seus filhos. Sendo uma exceção a escola destinada ao clero

A autora, acima citada, afirma que o surgimento da escola se deu devido à necessidade das famílias de manter os filhos por perto. No entanto com o surgimento da escola, não havia esse modelo que é conhecido hoje, pois meninas continuavam sendo educadas através do aprendizado pela prática e pelos costumes, assim como os meninos da alta nobreza e os artesãos.

Havendo uma discriminação em relação ao sexo feminino, bem como em relação às classes sociais.

Maggi (2011) pontua que foi a partir do século XV que essa instituição medieval evolui para a escola moderna, transformando-se e tornando o ensino mais complexo, com o intuito de vigiar e enquadrar os jovens, tornando-se um instrumento de educação de crianças e jovens. Salvari (2004) relata que foi então no século XVI que as crianças passaram a ser consideradas, estando ao lado dos adultos, seja brincando ou em retratos de família. No século XVI e XVII, havia textos repletos de observações a respeito da psicologia infantil, o objetivo era com que penetrasse “os métodos de educação na mente infantil, da melhor maneira possível, para desse modo adequá-la aos ideais racionalistas dos educadores e moralista” (p. 24). Neste sentido, a escola se torna uma grande aliada do projeto de educar, “difundindo-se e tornando-se o principal instrumento de passagem da infância para a vida adulta” (p. 24). A partir de então os pais repensaram o fato de enviar seus filhos para aprendizagem em outras famílias.

Ainda de acordo com autora, as necessidades de manter as crianças por perto, fez com que as escolas proliferassem. Mas ainda havia restrições, impostas as meninas, bem como os meninos da alta nobreza e os artesãos, no qual esses não tinham acesso a essa escola, somente o clero. Após a expansão do comércio e o surgimento do dinheiro, a burguesia passa a exigir direitos e mais privilégios, para esses a escola era a possibilidade de alcançar um novo patamar social, assim a escola não é mais um privilégio do clero e passa a ser acessível à meninas e os jovens burgueses.

O surgimento da escola segundo (Maggi 2011, apud Camargo 2006), ocorre para responder a demanda da vida que se torna mais urbana, que demonstra a necessidade de formar as pessoas moral, física e mentalmente, sendo impossível essa responsabilidade ser sanada no âmbito doméstico. Propiciou com que a escola fosse responsável pela educação de forma singular, ou seja, nenhuma outra instituição poderia exercer.

Para Maggi (2011) foi no advento do Brasil República que surgiu também a necessidade de modernizar a sociedade e assim o país poderia se expandir e crescer, julgando plausível o surgimento de outro modo de educar, no qual

abrangesse os pobres, os imigrantes e as mulheres. Mudando a função da escola de doutrinar a elite para instrumentalizar a população como um todo.

No Brasil a educação formal chegou através dos portugueses sendo desenvolvida pelos jesuítas, como pontua Silva *et al* (2005). Ao falar em educação formal, entende-se aquela voltada para a aquisição de leitura e escrita, pois antes os índios já possuíam sua maneira de educar os filhos, transmitindo conhecimentos e tradições.

Durante o período no Brasil, aproximadamente 210 anos, a ação jesuítica na catequese foi maciça, no qual educaram os filhos dos colonos e constituíram novos sacerdotes, também exerceram vigoroso controle da fé e da moral dos habitantes da nova terra. Desempenharam uma função trabalhosa, isso devido alguns obstáculos como “o clima, a distância entre os lugares, a dificuldade de comunicação com os indígenas, e falta de costumes morais exigidos pela religião por parte dos portugueses que aqui chegaram sem suas esposas (Silva *et al* 2005, p. 29). Os autores pontuam que os jesuítas deslocaram-se da Bahia para o Sul e criaram o Colégio São Vicente, localizado no litoral e em seguida foi transferido para Piratininga, no Planalto. Só então em 1554 criaram o colégio São Paulo, que posteriormente originou o nome da cidade. Embora a atitude dos jesuítas fosse evasiva, devido à cultura, era estruturada e tinha metas traçadas. Não só catequizavam como ensinavam a ler e escrever.

Ribeiro (1993) contribuiu ao trazer que o objetivo da Companhia de Jesus era de recrutar fieis e servidores, pois a catequese fez com que ocasionasse à conversão da população indígena a fé católica e sua passividade aos senhores brancos. Isso mostra que a educação era usada como forma de dominação, ou seja, para impor aos moradores locais autoridade, exigindo submissão perante a quem detinha o saber. Com o intuito de obter lucros, os objetivos da companhia mudaram e assim a educação voltou-se para a elite, dessa maneira garantia lucros como também a formação de futuros sacerdotes. Neste sentido, o povo estava excluído da educação, e como pontua o autor, o Brasil permaneceu por neste contexto por um período.

O período colonial sofreu tamanha influência dos jesuítas que os mesmos mediam posição social do indivíduo através da quantidade de terra, escravos e títulos que o indivíduo possuía dos colégios católicos (RIBEIRO 1993).

Foi então no século XVIII que o português Marques de Pombal, realizou algumas reformas educacionais que repercutiram no Brasil, tirando o poder da Igreja e colocando nas mãos do estado, mas como menciona Ribeiro (1993), não houve muitas mudanças, mesmo após a expulsão dos jesuítas em 1759, permaneceu um ensino “enciclopédico, com objetivos literários e com métodos pedagógicos autoritários e disciplinares, abafando a criatividade individual e desenvolvendo a submissão às autoridades e aos modelos antigos” (p. 16).

Já no século XIX, Ribeiro (1993), retrata que uma das características do ensino secundário, foi de se voltar inteiramente para o preparo dos alunos para adentrar na escola superior, se devia a pressão que desempenhava a classe dominante na qual o desejo era que os filhos fossem vistos como “os homens cultos do país” (p.17). Nos primórdios da República, a mesma se caracterizou por várias propostas educacionais, com o intuito de inovar o ensino, como a Reforma Benjamin Constant, que tinha como umas das mudanças incluir disciplinas científicas no currículo, mas não foi colocado em prática, pois além da falta de infraestrutura, o apoio político a tinha como ameaça à formação dos jovens, no qual recebia uma educação baseada nos valores e padrões da mente aristocrático-rural, o mesmo ocorreu com outras reformas. Ou seja, o pensamento crítico era visto como ameaçador, o objetivo era manter a educação baseada em valores e padrões já estabelecidos.

No século XX, como pontua Ribeiro (1993), por volta de 1920 a 1929, ocorre algumas reformas estaduais:

A de Lourenço Filho, no Ceará, em 1923; a de Anísio Teixeira, na Bahia, em 1925; a de Francisco Campos e Mário Casassanta, em Minas Gerais, em 1927; a de Fernando Azevedo, no então Distrito Federal, em 1928; e a de Carneiro Leão, em Pernambuco, também em 1928. (p.20)

No qual a escola primária integral passou a incitar nos alunos hábitos de educação e raciocínio, conhecimentos de literatura, “história e língua pátria, desenvolvendo o físico e a higiene” (p.20). Acontece também que o ensino médio agregava primário e o superior, neste sentido o intuito era desenvolver aspectos científicos com vários tipos de cursos. Havia uma defesa da organização universitária, inclinada para “o ensino, pesquisa e formação

profissional, e criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras” (p.20). Com estas reformas, a educação se desvincula do contexto histórico, mas acredita-se que seja um fator determinante na mudança social.

Na década seguinte haverá quem contraponha à pioneiros da Escola Nova (movimento de cunho pedagógico, onde os educadores denunciam o analfabetismo entre outros problemas da educação, buscando na Europa suas origens). O conservadorismo católico mais uma vez tenta impedir as inovações propostas pelos pioneiros. Em 1930 então é criado o Ministério da Educação e saúde, tendo a reforma do ensino superior no ano seguinte. Em 1931 a 1937 há de um lado os católicos, e de outro os pioneiros, no qual defendem os princípios que deveriam orientar a educação no país. Em 1934 a constituição destina um capítulo a Educação, atribuindo a União a confiabilidade privada de delinear as diretrizes educacionais do país. Momento em que foram criados os Conselhos Nacional e Estadual de Educação, a partir de então determina um mínimo de verbas a serem aplicadas para o ensino. A educação é reconhecida como direito de todos, sendo obrigado o ensino primário, assistência social e bolsas de estudo aos alunos. RIBEIRO (1993)

O autor mencionado acrescenta à trajetória histórica ao retratar que em 1961 foi aprovada a lei 4024 das Diretrizes e Bases da Educação Nacional. E que em 1964 ocorre um golpe de estado, onde os militares assumem o poder, no qual o Brasil passou por um longo período de repressão política. A educação sente esses problemas políticos e econômicos. Entretanto é neste período que a classe média percebe que a educação era único caminho que asseguraria a ascensão social.

4.1.3 Conceito de Aprendizagem

Antes de se falar em dificuldades de aprendizagem, é de fundamental importância entender o que é aprendizagem, visto que é necessário compreender esse processo no qual alguns indivíduos são vistos como diferente no seu aprendizado.

Rampelotto, Linassi e Melara (2015), retomam que na antiguidade oriental, Egito, China e Índia o intuito da aprendizagem era “transmitir as tradições e os costumes” (p. 630). Enquanto na Idade Média, a aprendizagem e

ensino adotavam a mesma direção, sendo conduzida pelo Clero. Então no século XVII até o início do século XX, já independente do ensino, a doutrina central sobre a aprendizagem se centrou em confirmar cientificamente que alguns “processos universais regiam os princípios da aprendizagem buscando explicar as causas e formas de seu funcionamento” (p.6302). Esta é “presumivelmente” algo introduzido na mente de um indivíduo, não sendo acessível apontar. “É um processo oculto e não uma ação ostensiva” (p.6303).

Em relação a aprender, não existe apenas um método, uma instituição, e há inúmeros fatores que podem influenciar a aprendizagem de uma criança, dentre eles destacam-se variáveis da escola, da própria criança e do ambiente familiar. Pode se dizer que é um processo que cada um precisa desenvolver, mas ocorre no contexto sociocultural onde o indivíduo está inserido, o que promove uma articulação entre inteligência e as experiências afetivas. (CASARIN e RAMOS, 2007).

Spinello (2014) contribui ao mencionar que

Aprendizagem é o processo pelo qual os nossos conhecimentos, habilidades são adquiridos ou modificados. A aprendizagem se dá quando há informação do indivíduo. O processo de aprendizagem se dá desde o nascimento até a vida adulta, pois estamos sempre em busca de conhecimento e em constante adaptação. A aprendizagem significativa valoriza a compreensão da valorização, o querer aprender do sujeito espontaneamente. Na sociedade as pessoas apreendem observando as outras. Nascemos sem o conhecimento amplo e a sociedade nos molda (p. 2).

Aprender significa adquirir algo, um conhecimento que é fornecido a cada indivíduo, como pontua o autor, isso ocorre desde o nascimento, passando pela escola que tem a missão de transmitir essa educação com o auxílio indispensável da família.

França (2008) colabora ao dizer que esse é um processo dinâmico, não ocorrendo apenas na sala de aula, mas tem relação com outras variáveis. Assim ao surgir dificuldades nesse processo as mesmas devem ser compreendidas como resultado de falhas que ocorrem num contexto social. Devido essa criança estar inserida nessa rede abrangente de relações incluindo a família, escola e sociedade, entre outros. Esse processo não diz respeito somente ao professor e ao aluno, sendo assim não é um problema individual dos mesmos, estando estes inseridos em um “contexto mais amplo o

ensino-aprendizagem é um sistema relacional, onde todos os sistemas envolvidos são corresponsáveis e se influenciam mutuamente” (p. 03).

Rolfse e Martinez (2008) pontuam que a aprendizagem é um processo em formação para construir conhecimento, ocorrendo uma influência mútua entre o indivíduo com seu meio, isso significa a família, a escola e a sociedade.

Braga, Scoz e Munhoz (2007), contribuem ao explicar que o conhecimento é um conjunto do saber histórico de uma comunidade que é suscetível de ser transmitido. Os métodos que possibilitam a transmissão eficaz do conhecimento são os mesmo da aprendizagem, no qual uma criança apenas aprende algo a partir do outro, da interação com o mundo e, contudo com o outro, esta criança será apta a modificar numa reconstrução individual, ao utilizar do conhecimento que adquire nessas relações. Entretanto se observa que a apropriação do conhecimento não é passiva.

Pelo exposto percebe-se que a aprendizagem é um processo, que ocorre gradativamente, que inicia com o nascimento e percorre toda a trajetória devida do ser humano. A escola e a família possuem papéis de fundamental relevância nesse contexto, sendo essas, as duas instituições responsáveis pela formação do indivíduo.

4.2 FAMÍLIA NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA E A APRENDIZAGEM ESCOLAR

A escola e a família sofreram mudanças ao longo do tempo, é importante entender como tais mudanças ocorreram, para assim compreender como afeta o contexto atual. Mensurar tais mudanças não significa que tenha sido um progresso ou regresso nessas instituições. A relevância é trazer à tona a importância de ambas na educação de crianças.

4.2.1 Família: Conceito e um Contexto Histórico

Ao pensar em família pode que se tenha como modelo aquele patriarcal, onde o pai é o provedor do lar, e a mãe dona de casa e responsável pela educação dos filhos. Entretanto é notório que este modelo de família vem passando por mudanças no decorrer dos séculos.

Para esclarecer ainda mais sobre o assunto é imprescindível definir o significado de família, o que pode ser um tanto subjetivo para cada indivíduo, Reis (2013) colabora ao dizer que a família é uma “instituição universal e a primeira agência socializadora do indivíduo” (p. 18). É vista como a primeira instância da vida de um indivíduo, aquela que vai proporcionar o contato deste com o meio, proporcionando subsídios para essa relação. Vivas (2002) menciona que a família era um modelo patriarcal hierarquizado e o modelo atual é marcado por laços de afetividade. Reis (2013) pontua que no século XIX a família tradicional chefiada pelo pai se deteriora, o que origina aos poucos “novas estruturas e configurações familiares” (p. 19).

Ao recorrer ao dicionário Aurélio, o termo família é designado como “pessoas aparentadas que vivem na mesma casa, particularmente o pai, mãe e os filhos” “pessoas do mesmo sangue” “origem, ascendência” (AURÉLIO, 1997).

Essa expressão “família” tem sua derivação do latim *família*, que designava o conjunto de escravos e servidores que se mantinham sob a jurisdição do *pater familias* (pai de família). Ainda de acordo com a autora, esta é uma sociedade natural composta por indivíduos, que se unem por laços de sangue ou afinidade. Os laços de sangue são resultado da descendência e a

afinidade ocorre com o ingresso dos cônjuges e seus agregados a essa entidade familiar através do casamento. Ou seja, esse conjunto de pessoas podem se unir pelo fator da descendência, parentesco, bem como por afinidade, no qual o vínculo não se resume a laços sanguíneos.

Salvari (2004) em sua obra intitulada “A Relação Entre Família e Dificuldades de Aprendizagem: O que Pensam os Psicólogos e Pedagogos?” traz a contribuição de Gomes (1998), onde esse refere que o conceito de família na idade média era de linhagem, limitando-se aos laços de sangue, não considerando valores de coabitação e intimidade.

Nogueira (2007) descreve que a família na sociedade Romana apresentava um caráter elitista e machista havendo inúmeros poderes patriarcais, tanto que se esse patriarca falecesse quem assumiria o poder não era a matriarca, mas sim o primogênito, bem como outros homens que pertencessem a essa família. De forma mais clara, nota-se que o machismo que se conhece hoje, predominava neste período histórico, onde o pai era o detentor do poder, na sua falta, embora a mulher fosse a mãe e a mais responsável que supunha para assumir o papel de provedora desse lar, o que acontecia era que outro homem deveria assumir o poder, o que denota a falta de crença na competência da mulher para esse compromisso.

Trazendo esse tema para o contexto brasileiro, também é possível perceber mudanças, Casarin e Ramos (2007), mencionam que a família passou por variados períodos, sendo que esses se relacionam com a dinâmica sociocultural e econômica desse país. No período colonial marcado pela escravidão, bem como pela produção rural para as exportações, prevalecia um arquétipo de família patriarcal, onde os casamentos eram baseados em interesses econômicos. O papel da mulher se restringia aos afazeres domésticos e educação dos filhos.

Para os autores acima citados, a partir das últimas décadas do século XIX é possível notar um modelo novo de família. Após o fim da escravidão, com os novos métodos sociais e com a modernização do país, surge um momento de fertilidade para que proliferasse um exemplo de família nuclear burguesa originando-se da Europa. Essa é constituída por pai, mãe e uma quantidade menor de filhos. Mas o homem mantém sua autoridade e a mulher a posição de dona de casa. A menina é ensinada prematuramente para exercer sua

função de mãe e esposa, cuidando da educação dos filhos e do lar. Os autores pontuam que nas últimas décadas ocorreram mudanças significativas no contexto familiar, no qual essas sofreram interferências das questões socioeconômica e cultural que se relacionam com a globalização, o que por consequência intervém no padrão tradicional de organização familiar. Após a revolução industrial ocorreram mudanças, mas elas se intensificaram após a II guerra mundial, no qual a mão de obra feminina aumentou devido à ausência masculina no mercado de trabalho.

Azevedo (2015) corrobora com os apontamentos anteriores ao mencionar que o papel do pai estava de modo direto associado a uma hierarquia fundada no espírito religioso e os meios antigos de produção. Sendo assim, a mulher e os filhos adequavam-se a legitimar o poder arbitrário do pai. A família tradicional era patriarcal com hierarquia e lugares claramente estabelecidos, sendo o homem quem provinha e mantinha a estrutura da família, no entanto a mulher era submetida ao marido. Essa mulher estava predestinada à maternidade, a reprodução.

Esse modelo patriarcal de família no Brasil foi modificando no final do século XIX, onde não havia mais a mesma intensidade na centralidade do poder do pai, sendo destruído pelas instituições extrapatriarcais as quais retiraram esse poder de decisão no âmbito familiar como acentua Reis (2013).

É notável que o modelo de família, com o passar do tempo tem sido alterado. As mulheres não estão sendo limitadas a cuidar dos filhos e dos afazeres domésticos, mas ocupando cargos que antes eram apenas designados aos homens.

Como visto ocorreram inúmeras mudanças no que diz respeito a essa instituição. A sociedade atual presencia processos de mudanças constantes no contexto familiar, porém essas são oriundas de um período histórico longo. (REIS, 2013)

Como aponta Melo (2000), no modelo tradicional de família cabia ao homem o sustento da mulher e dos filhos; além da manutenção e ampliação do patrimônio. O fato de as mulheres não permitirem assumir o papel de dona do lar, fez com que esse modelo tradicional de família se modificasse. Um meio de modificação se deu através do uso de contraceptivos e conseqüentemente as

famílias se tornaram menores o que não exige tanto que a mãe dedique toda a atenção aos filhos.

Não serão abordados os diversos modelos de família e suas configurações, sabe-se que há várias, neste momento foi abordado apenas o contexto histórico de família, tendo em vista que o interesse deste trabalho é relatar a importância da mesma no que diz respeito à educação dos filhos independente de qual sua composição. Onde este tema será abordado ainda neste capítulo.

4.2.2 Dificuldade de Aprendizagem

Este é um tema bastante atual nas famílias, bem como na vida de muitas crianças, embora fique a questão se ocorreu uma crescente demanda, de crianças que apresentam dificuldades de aprendizagem ou se está dando mais ênfase a essa situação. Porém quando ocorre, é como se alguns professores se eximissem da responsabilidade de educar, transferindo ao aluno a carga de seu aprendizado e da sua necessidade educacional, tal fato pode ocorrer pelo fato de se encontrar muitas crianças em uma sala e o professor não poder dar a devida atenção a este aluno.

É sabido que cada faixa etária possui uma expectativa em relação ao desenvolvimento, mas cada indivíduo possui suas peculiaridades. Como pontua a Declaração de Salamanca (1994) “toda criança possui características, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem que são únicas”. (p. 01).

Mas o que é a Dificuldade de Aprendizagem? Será que pais, professores e demais profissionais procuram se informar e excluir demais hipóteses antes de determinar que uma criança possui dificuldade em aprender? São questionamentos importantes neste cenário de discussão e que se pretende trazer apontamentos cernes para chegar a um denominador comum.

Ao iniciar tais pontuações Rampelotto, Linassi e Melara (2015), contribuem ao pontuar que em 1800 foi a medicina quem despertou interesse por esse tema, de modo especial a neurologia, baseando-se em observações clínicas de pacientes que apresentasse alguma lesão cerebral provocada por

acidente ou mesmo doença e sua associação com a ausência ou distúrbios de linguagem, da fala e a aprendizagem. Aqui o interesse a esse tema se volta às questões neurológicas, ou causa de danos após algum tipo de doenças, havendo assim um fator específico.

Em uma revisão bibliográfica realizada por Saravali e Guimarães (2007) em relação ao tema, os autores chegam à conclusão que estudar e pesquisar sobre, se torna difícil na atualidade, devido o fato de as definições mais utilizadas carregar diversos atributos, que acabam por concluir a amplitude do campo de definição, no qual essas podem variar de país para país, bem como de autor para autor.

As autoras ao citar Sisto (2001), trazem que DA está além de “Problemas nas condutas auto-reguladoras da percepção ou interação social, como por exemplo, déficits de atenção e hiperatividade” (p.121), embora possam ser sintomas de pessoas com DA. Com isso é possível notar a amplitude desse tema. Ainda de acordo com as autoras, Dificuldades de aprendizagem não se constituem por “problemas como deficiências sensoriais, retardo mental, transtorno emocional, condições culturais, ensino inadequado ou insuficiente” (p. 121). O que pode ocorrer é o fato de relacionar esses problemas com as DA, não deixando de lado a relevância de esses acarretarem dificuldades na aprendizagem.

Salavari e Guimarães (2007) em sua obra “Dificuldades de Aprendizagem e Conhecimento: Um Olhar À Luz Da Teoria Piagetiana” ao citar Sisto, mencionam que as DA dizem respeito a “dificuldades intrínsecas ao indivíduo, supostamente devido a uma disfunção do sistema nervoso central, e estão baseadas em estudos neuropsicológicos e genéticos” (p.121). Ainda de acordo com as autoras, é possível se manifestar em qualquer idade a DA, indicando a possibilidade de um desvio vitalício. Deste modo, é possível definir esse termo englobando um conjunto heterogêneo de transtornos que se manifestam através de atraso ou dificuldade em leitura, escrita, soletração e calculo em indivíduos com inteligência de modo potencial “normal ou superior e sem deficiências visuais, auditivas, motoras ou desvantagens culturais” (p. 122). Comumente a DA não acontece em todos esses aspectos de uma só vez, podendo relacionar-se a “problemas de comunicação, atenção, memória, raciocínio, coordenação, adaptação social e problemas emocionais” (p.122). A

pessoa com DA “não possui rebaixamento de QI, indicando aquilo que muitos autores chamam de conduta discrepante acentuada entre o potencial para a aprendizagem e o desempenho acadêmico” (p.122).

Com essa contribuição é possível notar a abrangência desse tema, pois a DA, vai muito além dos Distúrbios já conhecidos como, por exemplo, um mais comum, o Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), significando que um indivíduo não possui um QI abaixo do esperado. Porém pode ocorrer no percurso de vida do mesmo.

O termo “Dificuldades de Aprendizagem”, também utilizado por Rolfsen e Martinez (2008) é tratado como uma discrepância, resultado do processo de aprendizagem, entre aquilo que se acredita que a criança seja “capaz de aprender potencialmente, sob uma dada situação em sala de aula, e o que ela efetivamente realiza” (p. 176). Sendo assim para que uma criança seja apontada com dificuldade de aprendizagem, antes é necessário mensurar as diferenças no processo de aprender. Mas a questão é: somos todos iguais? É óbvio que não, e não se tem a pretensão de discordar que tenha inúmeras crianças com tais dificuldades e que necessitem de uma atenção e ajuda, mas sim problematizar esse tema no que diz respeito a possíveis soluções para que esses alunos não sejam rotulados e possam acreditar na sua incapacidade de aprender.

A Declaração de Salamanca (1994) preconiza que:

Para crianças com necessidades educacionais especiais uma rede contínua de apoio deveria ser providenciada, com variação desde a ajuda mínima na classe regular até programas adicionais de apoio à aprendizagem dentro da escola e expandindo, conforme necessário, à provisão de assistência dada por professores especializados e pessoal de apoio externo (p.10)

Isso significa que este aluno necessita ser assistido na sua dificuldade caso ela seja evidenciada, tanto dentro da instituição escolar quanto fora, porém esse tema será mais aprofundado no tópico referente à família e escola.

Salavari e Guimarães (2007), também trazem em seu estudo a contribuição de Fonseca (1998), o qual as autoras consideram o mais apropriado. No qual a DA é adotada com uma postura interacional e dialética, significando a integração dos déficits no indivíduo, bem como na escola e na família, pois “... as condições internas (neurobiológicas) e as condições

externas (sócio-culturais) desempenham funções dialéticas (psicoemocionais) que estão em jogo na aprendizagem humana.” (p. 12).

Essa posição perante DA é um tanto pertinente, pois engloba aspectos da escola e família nesse cenário, não permitindo que o indivíduo carregue sozinho essa responsabilidade, o que se parece mais plausível, visto que o processo de ensino-aprendizagem ocorre em um contexto.

Salvari e Dias (2006) corroboram com essa discussão ao mencionar que se observa “uma crescente demanda de atendimentos clínicos a crianças e adolescentes com queixas na aprendizagem escolar” (p. 252), e esses carregam uma ânsia: o medo de fracassar. Faz-se necessário uma reflexão neste sentido, visto que o que está neste meio é a educação deste indivíduo. Braga, Scoz e Munhoz (2007), salientam que milhões de crianças no Brasil vão mal na escola, isso inclui repetência ou evasão escolar antes de concluir o ensino fundamental.

É um dado alarmante, pois todos têm direito a educação. O que ocorre para que o país esteja nessa situação? Pode ser que haja inúmeras respostas a essa pergunta ou não, como por exemplo, o fato de a educação ainda em pleno século XXI não ser tratada como prioridade, como não foi desde o início. O fato da participação da família no processo ensino-aprendizagem dos filhos não ser assídua, e outra possibilidade é o fato da escola possuir dificuldade de encontrar meios que possam ajudar esses indivíduos com DA.

É preciso considerar esse indivíduo como um ser potente, pois como pontua Casarin (2007), o fracasso escolar, bem como a criança com DA, é rotulada como “desligada”, “preguiçosa” (grifos do autor) sendo por vezes menosprezada pelo professor, e comumente é mantida de lado. Neste sentido é visto como se fosse a única responsável pela sua incapacidade, o que a torna apática e não dando a devida importância ao que passa ao seu redor. Sendo “privada de sentir o prazer da descoberta, da criatividade, do enriquecimento pessoal” (p.37). Ocorre também que os pais não encontram uma forma de ajudá-la, onde encontra apoio no que diz a professora sem o devido preparo e por fim responsabiliza o filho pelo problema.

No Brasil como pontua Almeida (2002), as pesquisas sobre esse tema ainda são recentes e há pouca divulgação. Os indicadores de crianças que possuem DA não existem e no contexto educacional há pouca difusão no seu

aspecto teórico, o que persiste é um olhar com base no senso comum sustentando práticas que vivenciam escolares. Ou seja, é tirado conclusões sem base científica em relação a esses alunos. Embora haja definições diferenciadas, há algo em comum entre os autores. Indivíduos com DA não possui um QI abaixo da média.

Ainda de acordo com a autora, as principais DA são, TDAH, (Transtorno de Déficit de Atenção/Hiperatividade), Deficiência de Percepção Visual, Deficiência de Processamento de Linguagem e Deficiência Motora fina. A autora faz uma diferenciação entre DA e Distúrbios de Aprendizagem, embora a escola use-as com o mesmo significado. Distúrbios são efetivamente “quadros associados de várias dificuldades” (p. 57). No contexto escolar, esses distúrbios são conhecidos como Dificuldades de Aprendizagem tendo como as principais, as disfasias, dislexia, disgrafia, disortografia, discalculia e lesão cerebral.

A autora pontua que pensar em cura para as DA não é algo possível, pois são problemas permanentes, mas podem ser amenizados com meios eficazes, novos métodos e essencialmente com a consciência do próprio indivíduo referente às suas limitações. Embora tenha dificuldades, é possível fazer investimento nas potencialidades desta criança com atividades coerentes com áreas não comprometidas.

Não serão descritos as DA, bem como os Distúrbios, pois o objetivo não é mencionar a inferência desses na vida dos indivíduos, mas destacar que embora tenham, é possível ser ajudados pela família e escola.

4.2.3 A Relação Família-Escola na Aprendizagem

Como já descrito no capítulo anterior sobre o tema aprendizagem, é possível dizer que é um processo, no qual envolve quem aprende e quem ensina. E neste contexto está a criança, a escola e a família. Essas instituições, escola e família passaram por mudanças conforme o tempo e cada uma delas mudaram a forma como educar as crianças. O que precisa ser refletido é se essa mudança foi positiva ou não.

Neste sentido é pertinente levantar questões a respeito da participação da família em sua participação escolar, visto que ao adentrar na escola, a responsabilidade de educar não é transferida para a mesma, mas de certa forma compartilhada, embora cada uma possua sua especificidade.

Tendo em vista essas questões, Reis (2013) ao falar sobre as mudanças que ocorreram na família pontua que esta continua sendo a instituição essencial e alicerce para que o ser humano possa se desenvolver, na qual é a primeira a “fornecer Educação, proteção e socialização do indivíduo” (p. 33). Já a escola é um lugar de privilégio onde a socialização e transmissão de saberes ocorre, responsabilidade que no passado era prioritariamente desenvolvida pela família.

Com inúmeras mudanças, a escola acaba por assumir o papel de ajudar a família na educação dos filhos que não é sua responsabilidade, então surge uma questão: Será que a família está transferindo a responsabilidade de educar para escola? Pois essa tarefa era desempenhada apenas pela família e a escola surge e desempenha também esse papel. Mas com essas transformações e o advento do capitalismo, ainda permite que os pais eduquem ou auxiliem nas tarefas da escola que exige sua participação?

As transformações que ocorreram e ainda ocorrem, fazem com que a família sofra influência de causas externas à vida. Assim ao modificar as formas como essas relações são determinadas, modifica também a forma como esses pais se relacionam com os filhos, isso significa uma alteração na relação intrafamiliar. Porém a família mantém a posição de privilégio no que diz respeito à instituição de acolher e socializar novas gerações (REIS 2013).

Mesmo ocorrendo mudanças, novas configurações, as famílias são o primeiro contato do indivíduo, é neste ambiente que será aprendido conceitos, que será ensinado a disciplina, o respeito ao próximo, as leis, entre outros. Ou seja, a família é fundamentalmente essencial na formação do indivíduo.

Brambatti (2010) contribui com esta questão ao dizer que nunca na escola se discutiu tanto, quanto hoje, assuntos como falta de limites, desrespeito na sala de aula e desmotivação dos alunos. Mais do que nunca se notou inúmeros professores “cansados, estressados e, muitas vezes, doentes física e mentalmente” (p. 2), em nenhum momento os sentimentos de frustração e impotência se fizeram tão acentuados e presente no contexto escolar. A autora

menciona que escola e família são agentes de uma mesma realidade, no qual as finalidades são semelhantes, onde uma complementa a outra, neste sentido se faz necessário que mantenham um diálogo que permita o êxito de tais expectativas de forma eficiente. Assim é necessária uma participação essencial e de relevante entendimento entre ambas, para que se tornem cúmplice nessa árdua responsabilidade de construção do ser social.

Não se tem o objetivo neste trabalho de depositar a culpa das DA unicamente para a família, escola e tão pouco a criança, inferir que a família determina esse problema que envolve vários fatores, seria assumir o fator de causalidade e se tornaria de certa forma mais plausível de solução, visto que se analisaria essa dinâmica e propunha intervenção. Porém é mais complexo, Braga, Scoz e Munhoz (2007), ponderam que o aprendizado de modo imprescindível decorre no seio de um vínculo, no qual a matriz se molda nas primeiras relações mãe-pai-filho-irmão, já afetividade é inerente a aprendizagem. Sendo importante relacionar o significado de aprender, bem como do conhecimento para este indivíduo e seu grupo familiar, no momento em que se quer entender a complexidade que envolve os fenômenos dos problemas de aprendizagem.

As autoras concordam que por mais que a DA esteja unida a diversos fatores internos e externos em relação ao indivíduo, se sustenta solidamente pelo meio familiar onde este sujeito está envolvido, sendo assim, independente da causa do problema de aprendizagem, a família é um elemento fundamental para manter ou resolvê-lo.

Silva *et al* (2005), falam que discutir a relação entre família e escola é pertinente, visto que ao adentrar a escola, a criança não deixa de ser filho, irmão, amigo entre outros. As autoras consideram através dos seus estudos que a relação família e escola valida o senso comum no qual que se colhe no discurso de inúmeros professores independente de qual etapa esteja esta criança, no qual as ditas famílias que não vão bem tem influência negativa no desenvolvimento escolar dos filhos. Essas averiguações ficam explícitas em discursos como “os pais dos alunos com dificuldades de aprendizagens, são exatamente aqueles que não comparecem às reuniões” outra frase é, “eu sei que as reuniões de pais nem sempre são agradáveis, mas temos que lhes contar a realidade sobre seus filhos”, há professores que dizem “como o aluno

pode ir bem na escola, se seu pai bebe, se sua mãe o abandonou?"; "eu mando lições, e pesquisas para casa, e o menino vem me dizendo que seu pai ou mãe não teve tempo de ajudá-lo" (grifos das autoras, p.30). Assim, é notável que a família necessita subsidiar essas crianças, com exemplos, incentivos, demonstrando que se interessa neste processo educacional dos filhos, mesmo que estes pais não seja escolarizados.

Neste sentido o contexto familiar que disponham de jogos e materiais que fomentem os aspectos cognitivos e a aprendizagem, ambiente este que possua livros e outros materiais de leitura, bem como lugares apropriados para a criança estudar, são apontados como propício à aprendizagem escolar. Porém dispor somente da estrutura não é o bastante caso não haja os pais ou outro adulto que exerça o papel de facilitador, orientando e incentivando essa criança a desfrutar desse ambiente (FERREIRA E BARRERA, 2010). As autoras enfatizam que conforme se forma os dois fundamentais ambientes de formação humana, se faz necessário existir uma cumplicidade entre escola e família.

Essas instituições apesar das mudanças que passaram, ainda estão em andamento, como enfatiza Andrada (2005), onde entende que a família e escola são sistemas em desenvolvimento, no qual existem indivíduos também em desenvolvimento. Neste sentido fica mais claro o porquê da educação ainda não ser a ideal, pois as instituições bases estão em processo de formação, como as novas configurações familiares e a educação em si que está se desenvolvendo. No entanto se faz ainda mais pertinente essa relação de parceria entre família e escola, pois estão se desenvolvendo, mudando conforme os anos é possível fazer com que essas mudanças sejam para contribuir para o desenvolvimento das crianças.

Em relação à família da criança com DA, França (2008), pontua que este ambiente em que se insere esta criança deve ser de afetos, segurança, e aconchego, porém pode ocorrer que neste espaço tenha sentimentos de incertezas, rejeições, medo, violência, o que provoca efeitos desfavoráveis no processo de aprendizagem dos filhos. "Uma realidade familiar desestruturada emocional e afetivamente, bem como caracterizada por conflitos pode estigmatizar uma criança e provocar bloqueios no seu processo de aprendizagem." (p.3)

E mais uma vez a família aparece como fundamental no desenvolvimento do indivíduo, onde esse ambiente precisa ser acolhedor e facilitador ao processo de aprendizagem do mesmo, no qual sentimentos inadequados bem como a má estruturação dessa família prejudicam o processo deste indivíduo.

Lopes, (2002) infere que na atualidade, a família tem deixado à escola o papel de instruir e educar seus filhos esperando que os profissionais de educação repassem valores morais, éticos, bem como comportamentos de boa maneira, incluindo hábitos de higiene pessoal. A justificativa é a falta de tempo para cuidar dos filhos, pois alegam que trabalham cada dia mais. Já a escola afirma que o sucesso desse processo de educação depende incontestavelmente da participação da família, no qual esta deve estar atenta aos fatores do desenvolvimento do educando. A família, para a autora, no desenvolvimento escolar das crianças é o alicerce, sendo neste ambiente que se definem parâmetros de vida afetiva, moral e ética. A instituição escolar surgiu como uma necessidade social objetivando auxiliar para que esse indivíduo se posicione como agente criador e conhecedor de seus propósitos.

A autora faz uma diferenciação no que se refere aos papéis da família e escola, pois a família é a base da formação do indivíduo, onde esse constrói sua personalidade, sendo neste ambiente que a criança adquire comportamentos e valores, já a segunda instituição na vida dessa criança, surge com uma utilidade social, não excluindo a relevância que a mesma exerce na vida de suas crianças, porém a contribuição que essa segunda possui não deve substituir a primeira.

Sadovnik, Ecco e Nogaro (2013), relatam que a administração do tempo tem se tornado algo desafiador para as famílias na contemporaneidade, levando a constatar que a falta de tempo dos pais, faz com que a escola desenvolva a responsabilidade que caberia a eles, sendo esta de orientação, supervisão contínua e que por vezes caem no esquecimento à função que cabe a cada um desenvolver na vida dessa criança.

Lopes (2002) pondera que é preciso que a família certifique seu interesse no que se refere ao desempenho escolar das crianças, fazendo com que percebam que estudar é prazeroso e fundamental para a vida. Essa participação deve ocorrer de maneira consciente e permanente, de forma que se essa família se integre neste processo, participando assiduamente. A autora

finaliza dizendo que essa relação só tem a “enriquecer e facilitar o desempenho escolar da criança” (p. 4).

Nesta perspectiva, a criança precisa de um apoio, saber qual a função desempenha cada instituição, precisa se sentir segura em ambos os espaços. Esses pais precisam demonstrar que o ambiente escolar é rico, que estudar pode ser prazeroso e não uma obrigação.

Soares (2010) contribuiu ao pontuar que as famílias no início da vida escolar dos filhos se integram, frequentam reuniões, eventos, acompanhando assíduos o dia-a-dia das crianças, quando não estão presentes, o fazem através do caderno, dialogam com a professora, se informando sobre a proposta de ensino dessa e se inteirando do desenvolvimento afetivo e cognitivo dos filhos. Porém com o passar do tempo acabam por distanciar-se e atribui essa culpa a falta de tempo, deixando a responsabilidade de educar e ensinar apenas para a escola.

Com essa falta de tempo dos pais e a dificuldade em manterem-se em constante acompanhamento na educação dos filhos, estes acabam por vezes tentando amenizar a situação de outra forma, como menciona Souza (2012), se chegou ao momento em que a educação está sendo sanada por “passeios em *shoppings*, no Google, facebook e outros sites que substituem os pais, sites estes que tem sido o livro de ética entre as crianças e os adolescentes do mundo atual” (p. 07). A autora relata que com essa transferência da educação para escola, é necessário que haja de imediato uma maneira de estreitar os laços entre família e escola, buscando uma qualificação de mais propriedade, para evitar uma confusão de deslocamento de responsabilidades em ambas, assim consiga alcançar um desenvolvimento bom e saudável dessas crianças.

Lopes (2002) traz algumas possíveis soluções, onde a escola possa trabalhar de maneira mais abrangente, mas é preciso uma relação de convívio afetivo com as famílias, onde essa escola saiba ouvir e respeitar a diversidade dessas famílias, pois algumas vezes a escola acredita que dependendo dos padrões da família, não correspondente ao tradicional, a mesma não é capaz de cuidar de seus dependentes. Havendo uma parceria, a criança que estiver bem vai melhorar e aquela que possuir algum problema receberá ajuda da escola e família para superá-los.

Para que comece uma mudança é preciso que a escola e a família passem a trilhar um mesmo caminho, onde a criança sinta-se mais segura e, através dessa interação mútua assim se obtenha o bem-estar, o desenvolvimento e o aprendizado do educando. Êxito escolar exclusivamente não depende da escola, porém todos aqueles que estão inseridos no processo educativo, dando início no contexto familiar. Pais e professores precisam desempenhar numa perspectiva mútua, no qual pais tenham a possibilidade de ouvir os professores, explicar o que pensa sem receio, e que sua envoltura seja a partir de então indispensável na construção dessa parceria, constituindo uma parcela do planejamento educacional. (SADOVNIK, ECCO, NOGARO, 2013).

Diante dessas exposições, se faz necessário refletir a respeito dessas instituições, onde não haja um jogo de culpa, no qual a escola culpe a família pela não participação dos pais e a família impondo a responsabilidade de educar a escola. Ambas precisam assumir seus papéis e desempenhá-los. Não há como negar que a família é fundamental na vida de um indivíduo, é a base. E a escola, embora de fundamental importância, surgiu posteriormente e não pode substituir a primeira.

4.2.4 A Psicologia Neste Contexto

A Psicologia é uma ciência que possui vários campos de atuação, dentre esses está Psicologia Escolar, a qual será problematizada neste momento da pesquisa. A psicologia está ocupando a cada dia seu espaço e o campo escolar é um destes, embora ainda esteja caminhando, é de fundamental importância para a escola a inserção efetiva desta ciência. Este contexto traz muitas necessidades escolares como educacionais, o psicólogo pode orientar pais e professores na condução dos filhos/alunos; pode exercer o papel de revelar a cada um qual sua função na educação, pois, por vezes escola e família parecem desorientadas nas atribuições que competem a cada uma. Porém, Oliveira e Marinho-Araujo (2009), mencionam que esta área não é tão escolhida pelos profissionais.

Nesta perspectiva de família-escola e criança com DA, se faz necessário a participação deste profissional. Mas como este profissional pode contribuir neste processo? Como este profissional pode ajudar essas crianças, escola e família?

O surgimento deste campo ocorreu devido à necessidade de moldar esse aluno que possuía dificuldade de aprendizagem à escola. Onde se utilizava de recursos psicométricos, sendo entendido que esta era a função deste profissional, é o que pontua Oliveira e Marinho-Araujo (2009).

Assim, nota-se que a Psicologia surge de uma forma a adaptar essa criança, ou seja, havia um problema e precisava ser resolvido, e este problema era o aluno, não sendo analisado o contexto em que este estava inserido. Sendo, escolar e familiar os mais relevantes. Oliveira e Marinho-Araujo (2009) inferem que esse padrão médico de intervir neste ambiente escolar dirige à patologização, bem como psicologização deste espaço escolar devido imputar ao aluno a responsabilidade da sua dificuldade de aprendizagem, assim eximindo outras instâncias das suas responsabilidades de educar. Vale ressaltar a diferença entre Psicologia Escolar e Psicologia da Educação, como aponta os autores acima citados, a diferença ocorre entre teoria e prática, na qual a Escolar detém o exercício prático da profissão, enquanto a Psicologia da Educação ou Educacional é responsável por construir conhecimentos que tenham utilidades para o processo educacional.

Viana (2016) corrobora ao mencionar que mesmo que a Psicologia aplicada à educação tenha sido propulsora de maior parte do desenvolvimento da psicologia, em tempo curto os psicodiagnóstico e a avaliação psicológica, tidas como atividades inerentes e exclusivas dos psicólogos, se tornam as mais desenvolvidas e estudadas, dando a entender que as restantes não tivessem a mesma relevância, onde chegou a reduzir de forma significativa a quantidade de número de disciplinas de Psicologia Escolar durante a formação.

Conforme foram passando os anos e havendo uma crítica revisão em relação a atuação e também a formação deste profissional, modificações e progresso foram surgindo. Petroni e Souza (2017) pontuam que nas décadas de 1970 e 1980, ocorre um começo de preocupação em questionar a atuação deste profissional, começando a busca pela reflexão sobre atuação e inserção do mesmo na escola. O surgimento da Associação Brasileira de Psicologia

Escolar e Educacional (ABRAPEE) bem como, do Grupo de Trabalho em Psicologia Escolar/Educacional da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia (ANPEPP), são referências de movimentos resultantes da batalha realizada pelos pesquisadores e profissionais para consolidar esse campo de atuação e pesquisa.

Embora tenham ocorrido mudanças, Petroni e Souza (2017), acreditam que a representação desta profissão “como psicólogo clínico se encontra cristalizada nos sujeitos, e a própria Psicologia, de certo modo, tem contribuído para sua manutenção” (p.14).

Percebe-se que no início da atuação deste profissional, o mesmo não se preocupou com o aluno no sentido de não atribuir ao mesmo a culpa pelo não aprendizado e após mudar essa concepção há uma visão de profissional clínico por parte dos leigos, mas que os profissionais colaboram para que seja mantido. Deste modo surge o questionamento de como esse profissional deve atuar.

Segundo o Conselho Federal de Psicologia (CFP) este profissional:

Atua no âmbito da educação, nas instituições formais ou informais. Colabora para a compreensão e para a mudança do comportamento de educadores e educandos, no processo de ensino aprendizagem, nas relações interpessoais e nos processos intrapessoais, referindo-se sempre as dimensões política, econômica, social e cultural. Realiza pesquisa, diagnóstico e intervenção psicopedagógica individual ou em grupo. Participa também da elaboração de planos e políticas referentes ao Sistema Educacional, visando promover a qualidade, a valorização e a democratização do ensino.

Neste sentido, a atuação deste profissional é bem abrangente, pois não considera apenas o indivíduo que antes era o problema da instituição, mas atua no sentido de ajudar a compreender as mudanças de comportamentos dos educadores e educandos, bem como todo processo de aprendizagem, nas relações em suas esferas inter e intrapessoal, considerando todas as dimensões que esse indivíduo está inserindo, não imputando a ele a responsabilidade do processo educacional.

Significando que este profissional não deve ser interpretado, tão menos sustentar a ideia de um psicólogo clínico na instituição. Sua atuação deve ser voltada para manutenção dessa instituição escolar, no sentido de atender a demanda dos educadores, educandos no processo de ensinar e aprender, mas

ao mesmo tempo agir de forma que possa elaborar alguns métodos para contribuir no ensino.

Este profissional então deixa de ver esse indivíduo “problema” para atuar de maneira que agregue a todos que estão inseridos no processo ensino-aprendizagem, visto que o ensinar e aprender não se faz sozinho.

O intuito primordial desta área como pontua Oliveira e Marinho-Araujo (2009) “é mediar os processos de desenvolvimento humano e de aprendizagem, contribuindo para sua promoção” (p. 651).

Valle (2003) salienta que tem sido feito bastante para que a escola não faça uma seleção dos mais capazes e eliminem quem enfrenta dificuldade para aprender, mas ao invés desse ato, incorpore todos os educandos. Os mesmos autores mencionam que a pesquisa educacional nos últimos anos, procurou trazer a tona elementos dos bastidores da sala de aula, bem como do funcionamento da escola, e como atua esses profissionais bem-sucedidos, em relação aos processos que causam à patologização da aprendizagem, de temas concernentes à didática do professor, etc. Para que ocorra um desenvolvimento é necessário analisar pontos negligenciados, assim modificar de forma radical resultados negativos, se faz necessário um empenho social, fundamentalmente a quem cabe a função de especialista neste cenário problemático, um profissional imprescindível, o psicólogo escolar.

Este profissional com sua formação, se torna o mais apto a perceber a dinâmica neste cenário escolar, dessa maneira pode interferir orientando os profissionais e pais em relação a aprendizagem dessas crianças. O CFP detalha as atribuições deste profissional:

Diagnostica as dificuldades dos alunos dentro do sistema educacional e encaminha, aos serviços de atendimento da comunidade, aqueles que requeiram diagnóstico e tratamento de problemas psicológicos específicos, cuja natureza transcenda a possibilidade de solução na escola, buscando sempre a atuação integrada entre escola e a comunidade. (p.6)

Caso esta criança possua uma dificuldade, este profissional é capacitado para notar a sua existência, fazendo o devido encaminhamento, bem como instruir essa família da melhor maneira e reforçando a maneira como essa deve agir. A tarefa de orientar pais e alunos no que diz respeito às dificuldades da escola entre outros assuntos ligados ao desenvolvimento desse educando tem

sido uma das atribuições mais tradicionais deste profissional. Essa orientação difere da psicoterapia, pois esta não é função deste profissional na escola. Suas ações se volta à orientar no que diz respeito ao desempenho das necessidades peculiares do desenvolvimento deste aluno. De acordo com a tradição, essa atuação tem propagado essencialmente ações de intervenção, colaborando com outros profissionais da escola, tem em vista uma forma de superar dificuldades concretas, mas também começa a assumir objetivos de promover bem-estar emocional de fundamentais recursos psicológicos em equivalência com a finalidade da educação que a escola objetiva (MARTINEZ, 2010).

O autor acima citado menciona que em relação à atuação deste profissional na escola no que diz respeito aos profissionais desta instituição, surge posterior a um diagnóstico sensível, analisando as necessidades dessa instituição, podendo “sugerir, delinear e coordenar estratégias de intervenção” (p.48), direcionando a potencialização do trabalho em equipe, bem como modificar representações cristalizadas e impróprias em relação ao processo educativo, desenvolver habilidades de comunicação, mediar conflitos, estimular a criatividade e a inovação, aprimorar as características de vida no trabalho e outras tantas ações, contribuindo significativamente de forma a aprimorar o funcionamento organizacional.

É preciso um ambiente saudável, para que proporcione bem-estar a essas crianças, e essa é uma das funções deste profissional. Pode ocorrer a necessidade de intervir para que estes profissionais mantenham a saúde mental em equilíbrio para que possa contribuir neste processo dos educandos.

A atuação de um psicólogo Escolar é árdua, mas necessária, pois os profissionais da escola por vezes não tomam consciência da necessidade de algumas interferências e atualizações em relação a sua formação. Bem como a família necessita de um auxílio em relação a relembrar a sua importância na formação dos filhos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao falar da relação da família e escola parece ser um tema já discutido, porém ainda se faz necessário mensurar a relevância de tais instituições na vida de uma criança, visto que são essas que irão formá-las para a vida. Enfatizando aqui à família.

Não é o objetivo atribuir à família como única responsável pela DA, mas esta instituição tem um papel insubstituível no processo Ensino-Aprendizagem dos filhos, é neste ambiente que esta criança se sentirá segura, amparada, apoiada, incentivada, caso contrário essa pode ser prejudicada durante o processo de aprender.

Loureiro (2000) pontua que o diagnóstico das DA, como item do desenvolvimento da personalidade é algo complexo que envolve dimensões desde os níveis de aquisição até o presente momento, sendo assim, funciona como preditor para possibilidades futuras. A autora pontua implicações ao considerar tais dimensões: situações de contextos que favoreçam o aprender ou perpetue a dificuldade; situações particulares de interação com o ambiente, percebendo a manutenção e metamorfose da própria identidade; diferenças culturais, que enviesam e significam o saber.

Para que seja diagnosticada uma dificuldade de aprendizagem é necessário analisar inúmeras variáveis. Seria mais produtivo o processo de aprendizagem se todas as crianças não fossem medidas da mesma forma, visto que o aprender sofre influências individuais. Neste sentido a criança que não segue um padrão já possui dificuldade? Dever-se-ia potencializar outras características dessas crianças, mostrando que esse processo não é linear, que a sua maneira de aprender é diferente de outros. Como um ditado popular que em poucas palavras pode ser dito que “O peixe vai ser visto como burro se ele for ensinado a voar”.

Diante de tudo, é possível notar muitas variáveis em tratar do tema, também percebe-se que no Brasil este é um tema pouco estudado no sentido de proporcionar soluções, sendo usado com pouco embasamento científico, mas a DA é usada por vezes no senso comum como forma de rotular inúmeras crianças. É preciso que profissionais de saúde e educação se interesse pelo

tema que pesquisas sejam realizadas para que chegue a um ponto em comum, que crianças não sintam o peso de um fracasso.

Seria de grande valia um profissional de saúde mental dentro das escolas, pois os mesmos podem contribuir para que professores possam lidar com crianças que tenham DA, bem como para que esses entendam que o processo de aprendizagem embora ocorra por meio de terceiros, existe a particularidade de cada indivíduo.

Observando o contexto histórico são perceptíveis as mudanças da instituição família, como também a maneira que os papéis vão se modificando na vida das crianças, como a forma de educar e transmitir conhecimento. A escola por sua vez, surgiu com uma finalidade social, porém assume mais responsabilidades, na qual essas deveriam ser da família.

Pelo exposto fica notável que a família é de fundamental importância na vida dos filhos, é nesse ambiente que é formado um cidadão, é neste que será formado a personalidade de um indivíduo. É neste meio que essa criança aprenderá o certo e o errado, a cultura, os princípios e a moral de cada família. Isso significa que a família é essencial na educação de suas crianças, não devendo transferir para a escola essa responsabilidade.

Embora tenham ocorrido transformações ao longo da história, a família permanece na posição de essência para cada indivíduo, onde esta criança deve ser educada. A relação com a escola é de fundamental importância, visto que um trabalho em conjunto, onde ambas tenham as mesmas finalidades, a criança só tem a ganhar.

Não se pode culpar apenas a escola pelo fracasso que ocorre na mesma, bem como não deve responsabilizar a criança pela sua dificuldade, é necessário analisar um cenário maior, mais abrangente, o qual abre um leque, devendo ser levado em consideração o contexto socioeconômico de cada indivíduo, a participação da família, as características deste indivíduo, mas claro, a escola não pode ficar de fora deste meio.

No entanto há diversos fatores ligados a DA peculiar ao sujeito, mas sustentado pelo ambiente familiar, escolar e social e a maneira que, em especial a família lida com essa dificuldade é decisivo, é o que pontua França (2008). Esse pensamento é compartilhado por Braga, Scoz e Munhoz (2007), onde corroboram que embora exista diversos fatores internos e externos como

condição da DA, esta é seguramente sustentada pelo meio familiar em que este sujeito está inserido, isso significa que independente da causa do problema, o ambiente familiar é um elemento fundamental para manter ou resolver esta dificuldade.

A família e a escola devem atuar juntas para o sucesso da aprendizagem das crianças, pois ambas são fundamentais nessa construção de conhecimento. Pensando em soluções para um bom desempenho de ambas, a psicologia pode e deve desempenhar sua atuação voltada para melhoria do contexto escolar, no sentido de trabalhar com essa equipe pensando em intervenções pertinentes para esse contexto. Este profissional não deve basear sua atuação de forma clínica. Em relação à família o mesmo pode proporcionar encontros para que possa ajudar esses pais entenderem as dificuldades dos seus filhos. É uma atuação delicada, visto que o psicólogo educacional enfrenta inúmeras dificuldades como a não participação dos pais no contexto escolar.

Wise (1995) pondera que o entendimento entre este profissional e a família é relevante para que compartilhem informações referentes à criança: impressão positiva desses pais em relação aos cuidados que esta criança recebe faz com que possam adotar as orientações, abrindo espaço para colaboração bem como melhor diálogo com professores e demais componentes deste ambiente escolar, o que permite redimensionar seu desempenho em parceria, buscando o desenvolvimento do filho bem como o aproveitamento escolar

A família de crianças com DA, necessita antes de rotular a criança, buscar meios, como a Psicologia, para que possa ajudá-la a descobrir se de fato essa criança possui uma dificuldade ou em alguns casos distúrbios de aprendizagem, e assim enfatizar características particulares que cada criança apresenta para que essa possa se desenvolver com maior facilidade em seu processo de aprendizagem.

É necessário também que o ambiente em que esta criança está inserida, seja capaz de proporcionar a capacidade para aprender. Ou seja, este meio deve facilitar esse processo, com pessoas comprometidas com o desenvolvimento dessa criança, com recursos, formação, comprometimento e com o respeito ao ritmo de cada criança.

É fundamental que cada instituição de ensino assuma sua responsabilidade e a desempenhe de forma eficaz para que o processo Ensino-Aprendizagem ocorra. Assim cada criança poderá passar por esse momento de muitas novidades com o apoio da família e participação efetiva da escola.

Este trabalho traz como desejo, uma pesquisa de campo, para que seja possível analisar mais perto as variáveis família e escola no processo de ensino aprendizagem em crianças com DA, assim realmente constatar se há de fato uma dificuldade, ou é preciso um manejo dos profissionais e dos pais perante a educação dessa criança.

Trazer essas questões faz com que haja uma reflexão mais crítica em relação à atuação de pais e professores perante a educação de crianças. Que dessa forma seja analisado como pais e profissionais de educação e saúde mental estão lidando com esses indivíduos durante o processo Ensino-Aprendizagem.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Rejane Maria de. **As dificuldades de aprendizagem: Repensando O Olhar E A Prática No Cotidiano Da Sala De Aula.** Dissertação de Mestrado, Florianópolis 2002. Disponível em <www.scielo.org> Acesso em julho de 2017.

Andrada, Edla Grisard Caldeira de. (2005). **Sugestões práticas: Focos de intervenção em Psicologia Escolar.** *Psicologia Escolar e Educacional*, 9(1): 163-165.

AURELIO, **O mini dicionário da língua portuguesa.** 4ª Ed. Rio de Janeiro: revista e ampliada do mini dicionário Aurélio. 7ª impressão –, 2001

AZEVEDO, Luciana Jaramillo Caruso de. **As transformações da família.** Novembro de 2015, Disponível em <<https://www.researchgate.net/publication/308738133>> ACESSO EM outubro de 2017.

BRAMBATTI, Fabiana Fagundes. A importância da família na educação de seus filhos com dificuldades de aprendizagem escolar sob a ótica da psicopedagogia. **Revista de Educação do IDEAU.** v.5. N.10- Janeiro-Junho 2010

BRAGA, Simone da Silva; SCOZ, Beatriz Judith Lima; MUNHOZ, Maria Luiza Puglisi. Problemas de aprendizagem e suas relações com a família. **Revista Psicopedagogia** 2007; 24(74): 149-59

CASARIN, Nelson Elinton Fonseca. **Família e aprendizagem escolar.** Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências e Matemática, da Faculdade de Física da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2007. Disponível em: http://tede.pucrs.br/tde_arquivos/24/TDE-2007-04-12T143957Z-499/Publico/389091.pdf> Acesso em Novembro de 2017

CASARIN, Nelson Elinton Fonseca; RAMOS Maria Beatriz Jacques. Família e aprendizagem escolar. **Revista Psicopedagogia** 2007; 24(74): 182-201

CFP. **Atribuições profissionais do psicólogo no Brasil.** Contribuição do Conselho Federal de Psicologia ao Ministério do Trabalho para integrar o catálogo brasileiro de ocupações – enviada em 17 de outubro de 1992. Disponível em: <site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2008/08/atr_prof_psicologo.pdf> acesso em novembro de 2017.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA: sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais. 1994, Salamanca-Espanha.

FRANÇA, Julimar Pereira de. **O papel da família no processo de ensino-aprendizagem:** o caso da escola municipal vingt rosado em areia branca-rn. 2008. Disponível em: scholar.google.com.br

FERREIRA, Susie Helena de Araújo; BARRERA, Sylvia Domingos. **Ambiente familiar e aprendizagem escolar em alunos da educação infantil.** v. 41, n. 4, pp. 462-472, out./dez. 2010.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 5ed. São Paulo. Atlas, 2010.

LOPES, Rosinete da Conceição. **A importância da participação dos pais na vida escolar dos filhos.** Trabalho de Conclusão de Curso de Pós-graduação Latu Sensu em Coordenação Pedagógica pela Escola de Gestores - Universidade Federal do Tocantins. 2002. Disponível em em:<coordenacaoescolagestores.mec.gov.br/uft/.../TCC_Rosinete_11-11_1_d_1_1_.pdf> Acesso em Julho de 2017.

LOUREIRO, Sônia Regina. **Aprendizagem escolar:** avaliação de aspectos afetivos. IN: FUNAYAMA, Carolina Araújo Rodrigues. Problemas de aprendizagem. (Org). Campinas: Alínea, 2000.

MAGGI, Danila Orbea. **A influência da família no processo de alfabetização:** um estudo de caso numa instituição filantrópica na cidade de são paulo. São Paulo 2011.

MARTINEZ, Albertina Mitjáns. **O que pode fazer o psicólogo na escola?** Brasília, v. 23, n. 83, p. 39-56, mar. 2010

MELO, Aldira Aparecida Pires de. **Influência da família no processo de aprendizagem escolar infantil.** Disponível em: http://www.escola2000.org.br/pesquise/texto/textos_art.aspx?id=3

NOGUEIRA, Mariana Brasil. **A família:** conceito e evolução histórica e sua importância. 2007 Disponível em: . Acesso em: <www.buscalegis.ufsc.br/revistas/files/anexos/18496-18497-1-PB.pdf> julho. 2017.

OLIVEIRA, Cynthia Bisinoto Evangelista; MARINHO-ARAUJO Claisy Maria. **Psicologia escolar:** cenários atuais. Estudos e pesquisas em Psicologia, UERJ, RJ, Ano 9,N.3, P 648-663, Segundo semestre de 2009

PETRONI, Ana Paula; SOUZA, Vera Lucia Trevisan de. **Psicologia escolar:** análise sobre dificuldades e superações no Brasil e Portugal. Psicologia Escolar e Educacional, SP. Volume 21, Número 1, Janeiro/Abril de 2017: 13-20.

RAMPELOTTO, Elisane Maria; LINASSI, Priscila Silva; MELARA, Adriane. **Dificuldade de aprendizagem e sua relação com a prevalência de baixa acuidade visual em escolares do sistema publico municipal de Santa Maria.** Disponível em:<http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/19668_11083.pdf> Acesso em julho de 2017.

REIS, Janete dos Santos. **Relação família-escola:** A Experiência de uma Escola Publica da Periferia de Salvador-BA. Salvador 2013. Disponível em: tede.ucsal.br/tde_arquivos/1/TDE-201305.../Janete%20dos%20Santos%20Reis.pdf. acesso em agosto de 2017.

REIS, Liliani Pereira Costa dos. **A PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA NO CONTEXTO ESCOLAR.** Salvador, 2010. Disponível em <<http://www.uneb.br/salvador/dedc/files/2011/05/MONOGRAFIA-LILIANI-PEREIRA-COSTA-DOS-REIS.pdf>> Acesso em Julho de 2017.

RIBEIRO Paulo Rennes Marçal; **História da educação escolar no Brasil: notas para uma reflexão.** Paidéia FFCLRP-USP, Rib. Preto, 4, Fev/Jul, 1993.

ROLFSEN, Andréia Bevilacqua; MARTINEZ, Cláudia Maria Simões. **Programa de intervenção para pais de crianças com dificuldades de aprendizagem:** Um estudo preliminar. Paidéia, 2008, 18(39), 175-188

SADOVNIK, Selvane; ECCO, Idanir; NOGARO, Arnaldo. **A interrelação família-escola na formação de filhos/alunos.** Perspectiva, Erechim. v.37, n.140, p. 83-92, dezembro/2013

SALVARI, Lúcia de Fátima Carvalho; DIAS, Cristina Maria de Souza Brito. **Os problemas de aprendizagem e o papel da família:** uma análise a partir da clínica. Estudos de Psicologia, Campinas 23(3) 251-259 julho - setembro 2006.

SALVARI, Lucia de Fátima Carvalho; **A relação entre família e problemas de aprendizagem:** o que a pensam os psicólogos e pedagogos? Recife 2004. Disponível em: < http://www.unicap.br/tede/tde_arquivos/1/TDE-2006-12-19T185726Z-44/Publico/Lucia%20Salvari.pdf.> Acesso em agosto de 2017.

SARAVALI Eliane Giachetto, Guimarães Karina Perez. **Dificuldades de aprendizagem e conhecimento:** um olhar à luz da teoria piagetiana. Olhar de professor, Ponta Grossa, 10(2): 117-139, 2007. Disponível em: <<http://www.uepg.br/olhardeprofessor> >

SILVA, Áurea Pereira; AGUIAR, Daniela Fernandes de; XAVIER Daniela Lisboa; OLIVEIRA Eriene Nunes; NOVASCO Elin Mary de Lima: **A influência da família no processo ensino-aprendizagem.** Brasília, Novembro, 2005. Disponível em: <repositorio.uniceub.br/bitstream/235/6622/1/40261573.pdf>. Acesso em Agosto de 2017.

SPINELLO, Naiara Carla. As dificuldades de aprendizagem encontradas na educação infantil. **Revista de Educação do Ideau.** v. 9 – Nº 20 - Julho - Dezembro 2014.

SOUSA, Jacqueline Pereira de. **A importância da família no processo de desenvolvimento da aprendizagem da criança.** Trabalho de Conclusão de Curso. Curso de Pós-graduação em Psicopedagogia Clínica e Institucional (Especialização). Departamento de Pró-reitoria de Educação Continuada, Instituto de Estudos Superiores do Ceará, Fortaleza (2012). Disponível em: <www.apeoc.org.br/extra/artigos_cientificos/A_IMPORTANCIA_DA_FAMILIA_NO_PROCESSO_DE_DESENVOLVIMENTO_DA_APRENDIZAGEM_DA_CRIANCA.pdf> Acesso em Julho de 2017.

SOARES, Adriana Fraga. **A participação da família no processo ensino aprendizagem.** Alvorada, 2010. Disponível em www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/35706/000794897.pdf?sequence=1 Acesso em Agosto de 2017.

VIVAS, Wilma Alves Santos. **As novas famílias:** do patriarcado à monoparentalidade. Ilhéus (BA): UESC, 2002. Projeto de Dissertação - Universidade Federal de Pernambuco – UFPE e Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC. Disponível em: <www.scielo.org> Acesso em julho de 2017

Wise, P. S. (1995). Best **practices in communicating with parents**. In: A. Thomas e J. Grimes. Best practices in school psychology. 3ª ed. Washington: NASP. Disponível em stand.org/sites/default/files/Oregon/Stand%20ELL%20Report.pdf> Acesso em Novembro de 2017.

VALLE, Luiza Elena Leite Ribeiro do. **Psicologia escolar:** um duplo desafio. Psicologia Ciência e Profissão, 2003, 23 (1), 22-29

VIANA, Meire Nunes. Interfaces entre a Psicologia e a Educação: Reflexões sobre a atuação em Psicologia Escolar. In: FRANSCHINI, Rosângela; VIANA, Meire Nunes. **Psicologia Escolar: que fazer é esse?**. Conselho Federal de Psicologia. - Brasília: CFP, 2016.